

Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, 525
14º andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS
Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro S.A. (Banco) em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.
Banco múltiplo, especializado na concessão de créditos e serviços para empresas de médio porte, sendo reconhecido pelo conhecimento e atuação no setor de Mobilidade Urbana, em conjunto com o desenvolvimento de sua carteira de comércio exterior e outros produtos para empresas do *middle market*.

ESTRUTURA ACIONÁRIA
A estrutura acionária do Banco em 31 de dezembro de 2025 estava distribuída em RC Participações S.A. (41,0269%), Amorim Aliança B.V. (32,8184%), K2CR Holding Financeira S.A. (24,6151%) e Lusopar S.A. (1,5396%).

RESULTADOS
Ativos e Carteira de Crédito

O saldo de Ativos em 31 de dezembro de 2025 foi R\$ 3,8 bilhões, tendo como principal componente a Carteira de Crédito, que atingiu R\$ 3,2 bilhões, 10,3% acima do encerramento de 2024. Desse montante, R\$ 2,2 bilhões, equivalente a 69,2% da carteira, são provenientes do segmento de Mobilidade Urbana e R\$ 1,0 bilhão, equivalente a 30,7%, do *middle market*.

Lucro Líquido (LL)

O resultado de 2025 foi R\$ 50,0 milhões, 9,4% maior que o do ano de 2024. Em comparação com o orçamento, o Lucro Líquido ficou 35,9% acima do planejado. Essa variação teve como principal responsável o desempenho positivo da margem financeira do Banco.

Captação

Suprimos a necessidade de recursos demandados para as operações de crédito fundamentalmente por meio de nossas captações de recursos junto às distribuidoras parceiras, cliente e sócios. Em dezembro de 2025 alcançamos R\$ 3,2 bilhões captados (92,6% em CDB; 7,0% em LF; 0,3% em DPGE e 0,1% em LC), em linha com o encerramento de 2024.

Índice de Eficiência Operacional (IEO)

O IEO atingiu 37,3% em 2025, um aumento de 1,3 p.p. quando comparado a 2024. Este crescimento se deu, em virtude da mudança de metodologia, na implantação da Resolução nº 4.966/21 do CMN, onde as tarifas cobradas na concessão de créditos, passaram a ser diferidas pelo prazo da operação, diminuindo com isso a base comparativa entre os anos. O IEO é um indicador gerencial que mede o quanto somos eficientes na gestão dos custos e despesas para mantermos a operação do Banco.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido do Banco apresentou um aumento de 3,6% em comparação ao fim de 2024, chegando a R\$ 321,5 milhões, já incorporando os impactos da redução de R\$ 27,6 milhões em janeiro do provisionamento adicional de PCLD (atendimento à Resolução nº 4.966/21 do CMN) e aumento de capital de R\$ 15,7 milhões com o reinvestimento dos juros sobre capital próprio distribuídos em 2024. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) em 2025 foi de 15,8%, um aumento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior.

Índice de Basiléia (IB) Ampla

O BACEN determina às instituições financeiras manterem um Patrimônio de Referência (PR) superior ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)				
ATIVO	Notas	31/12/2025	PASSIVO	Notas
Disponibilidades	4	8.682	Passivos Financeiros - Custo Amortizado	3.349.342
Ativos Financeiros - Custo Amortizado	3.728.891		Depósitos	16 3.051.123
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 524.933		Outros Instrumentos de Dívida	17 183.008
Títulos e Valores Mobiliários	6 40.348		Obrigações por Empréstimos e Repasses	18 79.726
Operações de Crédito	7 2.975.090		Outros Passivos Financeiros	19 35.485
Operações com Características de Concessão de Crédito	8 169.844		Passivos Financeiros - Valor Justo no Resultado ..	49.555
Outros Ativos Financeiros	9 18.676		Instrumentos Financeiros Derivativos	10 49.555
Ativos Financeiros - Valor Justo no Resultado	72		Provisões	20 1.453
Instrumentos Financeiros Derivativos	10 72		Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	21 24.058
Provisões para Perdas Esperadas			Outros Passivos	22 18.328
Associadas ao Risco de Crédito	11 (163.059)		Patrimônio Líquido	23 321.481
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	12 88.275		Capital Social	201.477
Outros Ativos	13 29.846		Reservas de Lucros	120.004
Imobilizado de Uso	14 64.398			
Intangível	15 7.112			
Total do Ativo		3.764.217	Total do Passivo	3.764.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)				
	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
	Legal	Especial		
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	185.752	13.298	111.172	310.222
Ajuste Adoção Inicial - Resolução nº 4.966/21 do CMN (Nota 2.2)	-	-	(27.627)	- (27.627)
Aumento de Capital - AGO/E de 30/04/2025 (Nota 23 a)	15.725	-	-	15.725
Lucro Líquido	-	-	-	50.031
Destinações	-	-	-	-
Reservas	-	2.502	47.529	(50.031) -
Juros sobre Capital Próprio (Nota 23 c)	-	-	(26.870)	- (26.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	201.477	15.800	104.204	321.481
Saldos em 30 de Junho de 2025	201.477	13.298	111.172	(2.615) 323.332
Ajuste Adoção Inicial - Resolução nº 4.966/21 do CMN (Nota 2.2)	-	-	(27.627)	- 27.627
Lucro Líquido	-	-	-	25.019
Destinações	-	-	-	-
Reservas	-	2.502	47.529	(50.031) -
Juros sobre Capital Próprio (Nota 23 c)	-	-	(26.870)	- (26.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	201.477	15.800	104.204	- 321.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de Dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Luso Brasileiro S.A. (Banco) com sede na Rua Pascoal Pais, 525 – 14º andar em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial, crédito financiamento e investimento e de câmbio.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco, conforme Resolução nº 4.524/16 do CMN e alterações posteriores. As demonstrações financeiras do Banco de 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2026. **2.1. Adoção de Novas Normas:** A Resolução nº 4.966/21 do CMN e alterações posteriores e a Resolução BCB nº 352/23, que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025, introduziram mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48), sendo que a adoção das referidas normas aconteceu de forma prospectiva. Como principais impactos das resoluções citadas, destacam-se:
• Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócios do Banco e nas características contratuais dos fluxos de caixa (também denominado teste de SPJJ) sendo classificados nas categorias: custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR);
• As receitas e os encargos atrelados diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas desde que considerados materiais;
• Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático);
• A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
• Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
• Mu-

Conforme estabelecido na Resolução nº 4.958/21 do CMN, a exigência de IB amplo é 10,5%. Encerramos o exercício de 2025 com o IB amplo de 16,17%, sendo 1,3 p.p. maior que o encerramento de 2024 (14,83%).

GOVERNANÇA CORPORATIVA
Tecnologia
Em 2025, a área de Tecnologia direcionou seus investimentos para a evolução da infraestrutura, modernização de sistemas e implementação de novos produtos, fortalecendo a eficiência operacional e assegurando o atendimento às exigências regulatórias. Também houve avanço no monitoramento proativo com o reforço das operações de NOC (foco na disponibilidade e performance da infraestrutura) e SOC (foco na proteção de dados e segurança cibernética), ampliando a disponibilidade e a resiliência dos serviços. Adicionalmente, foi conduzido um trabalho estruturado de mapeamento de oportunidades para adoção de tecnologias de Inteligência Artificial, com foco na automação e otimização de processos críticos, visando ganhos sustentáveis de eficiência operacional.

Risco de Crédito

O Banco tem implantada estrutura de gerenciamento de riscos de crédito em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN. A gestão do risco de crédito é fundamental para assegurar a rentabilidade e o crescimento das atividades do Banco, pois é o principal risco inerente ao modelo de negócio da instituição. O Banco desenvolveu um modelo de *rating* próprio e possui estrutura própria e governança dedicada ao processo do crédito. A aprovação de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até ao limite de sua alçada. Acima deste montante, as operações são submetidas à aprovação do Conselho de Administração. A gestão operacional do crédito é de responsabilidade da área de crédito, englobando a sua análise e aceitação. A área de operações fica responsável pelo registro das operações e formalização das garantias nos termos aprovados de cada operação. A área de gestão de riscos é responsável pelo controle do risco global da carteira de crédito, monitorando os limites estabelecidos de concentração de crédito e os impactos de cenários de estresse através de indicadores gerenciais e relatórios apresentados mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos para análise e discussão.

Risco de Mercado

O Banco monitora o descasamento e a exposição ao risco de mercado de suas carteiras através da análise de sensibilidade da margem financeira líquida ("NII), do cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico, da análise de sensibilidade à choqe paralelo de juros (DIV01) e do valor econômico do *equity* ("EVE). A área de gestão de riscos é responsável pelo monitoramento dos riscos de mercado, observando os limites máximos estabelecidos pela sua política. Os indicadores são apresentados mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos para análise e discussão.

Risco de Liquidez

O Banco possui um modelo próprio de cálculo do caixa mínimo e, ao longo do ano de 2025, trabalhou com níveis de liquidez superiores a este mínimo. A administração da liquidez é feita pela Tesouraria e o monitoramento do risco de liquidez é assegurado pela área de gestão de riscos, cabendo ao Comitê de Gestão de Riscos a definição da estratégia e a aprovação dos limites julgados adequados.

Risco Operacional

O gerenciamento e monitoramento dos riscos operacionais está organizado em diferentes linhas sucessivas de atuação, começando pela gestão de cada área, passando pela área de Controles Internos, pela Área de Gestão de Riscos e por último, pelo Comitê de Gestão de Riscos.

Gestão de Capital

O Banco tem implantada uma estrutura de gerenciamento de capital, em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN. O processo de gerenciamento de capital está alinhado ao planejamento estratégico através de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da instituição, para

fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. O Conselho de Administração é o responsável por aprovar anualmente o Plano de Capital elaborado dentro do escopo de seu processo de planejamento estratégico e considera uma visão prospectiva, antecipando possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e de negócios em que o Banco atua. A área de Planejamento e Controle Financeiro é responsável por elaborar o planejamento estratégico de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Cabe à área de gestão de riscos e de capital, a responsabilidade pelo monitoramento da adequação do capital, a preparação de análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital e impacto de cenários de estresse. Estas informações são apresentadas mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos e de capital para análise e discussão.

Risco Socioambiental Climático

O Banco entende que a responsabilidade socioambiental permeia a sua atuação e seu relacionamento com a sociedade, acionistas, colaboradores, fornecedores e clientes, sendo exercida por todas as áreas da instituição. A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSAC) leva em consideração os princípios e valores que norteiam suas atividades, observando a sua relevância e proporcionalidade e está alinhada com os enunciados corporativos do código de ética e conduta profissional e das políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT). O Banco reafirma o seu compromisso com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico através da sua marcante presença no mercado de crédito, com destaque ao financiamento da Mobilidade Urbana e de novas tecnologias relacionadas ao processo de transição para uma economia de baixa emissão de carbono (eletrificação). O Banco também investe na inclusão social por meio de iniciativas e programas relacionados à educação, saúde, esportes e cultura, bem como incentiva o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)

O Banco possui uma política interna rígida para a PLD/FT. A área de PLD/Controles Internos foi formalmente institucionalizada para realizar todo o processo de "Conheça seu Cliente (KYC)", "Conheça seu Parceiro (KYP)", "Conheça seu Fornecedor e Prestador de Serviço (KYS)" e "Conheça seu Funcionário (KYE)", monitorar transações e tratar eventuais situações que apresentem atipicidades envolvendo as movimentações realizadas por clientes e colaboradores no Banco, além de tratar situações regulatórias como as comunicações obrigatórias ao Coaf e ainda, outras situações que apresentem riscos relacionados aos crimes dessa natureza, como operações de câmbio, apontamentos em listas de restrições e/ou sancionadoras, nacionais e internacionais (CSNU, EU, OFAC etc.) entre outras, conforme indicado na regulamentação vigente (atualmente a Circular nº 3.978/20 do BACEN). O Banco conta com um comitê de PLD/FT atuante, que envolve diretamente à Diretoria Executiva. Desta forma o Banco Luso Brasileiro S/A busca através de suas políticas, procedimentos e controles internos, a prevenção da sua utilização em práticas relacionadas a "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, tratados na Lei nº 9.613, de março/1998 e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de março/2016.

Segurança da Informação e Prevenção a Fraudes

O Banco manteve e aprimorou seu conjunto de políticas de segurança da informação e cibernética, alinhado às melhores práticas do mercado e às diretrizes da ISO 27002. Em 2025, foram intensificados os investimentos em ferramentas de proteção, automação de controles, monitoração contínua e ações de conscientização. Paralelamente, houve o fortalecimento dos processos de prevenção, detecção e resposta a fraudes, com a evolução de regras, mecanismos transacionais, critérios de bloqueio e integração com equipes especializadas, conforme previsto em políticas e normas internas de Segurança da Informação e Prevenção a Fraudes. Essas iniciativas consolidam o compromisso da instituição com a proteção de dados, a conformidade regulatória e a integridade das operações.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)			
	Notas	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		353.906	701.362
Rendas de Operações de Crédito	7.f	302.927	594.549
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez...	5.a	45.805	91.893
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	2.463	2.975
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.....	10.a	(9.728)	5.151
Rendas de Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	8.f	12.439	6.794
Despesas da Intermediação Financeira		(274.809)	(545.648)
Operações de Captação no Mercado	16.c	(249.489)	(504.598)
Operações de Empréstimos e Repasses	18.a	(3.379)	3.598
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	11.c	(21.941)	(44.648)
Resultado da Intermediação Financeira		79.097	155.714
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(56.493)	(97.710)
Receitas de Prestação de Serviços	24	990	3.451
Despesas de Pessoal	25	(30.433)	(60.641)
Outras Despesas Administrativas	26	(18.724)	(35.788)
Despesas Tributárias	27	(5.972)	(11.592)
Despesas com Provisões	28	(1.201)	(1.410)
Outras Receitas Operacionais	29	1.273	12.347
Outras Despesas Operacionais	30	(2.426)	(4.077)
Resultado Operacional		22.604	58.004
Resultado não Operacional	31	(1.529)	8.435
Resultado antes da Tributação		21.075	66.439
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	3.944	(16.408)
Imposto de Renda		1.906	(6.568)
Contribuição Social		1.206	(5.749)
Impostos Diferidos		832	(4.091)
Lucro Líquido		25.019	50.031
Quantidade de Ações		15.364.847	15.364.847
Lucro Líquido por Ação - R\$ 1,00		1,63	3,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)		
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido	25.019	50.031
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes	25.019	50.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

c) Instrumentos Financeiros: A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco estão descritas a seguir:
i) Reconhecimento Inicial: ***Data de reconhecimento:*** Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operações de crédito, operações com características de concessão de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação. As operações de crédito e operações com características de concessão de crédito são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito. Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco.
Mensuração inicial dos instrumentos financeiros: A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco no gerenciamento de seus instrumentos. Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados, ou subtraídos, desse valor.
ii) Avaliação do Modelo de Negócio: O Banco classifica seus ativos financeiros com base nos modelos de negócios utilizados no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados:
• **Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
• **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
• **Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.
iii) Teste de SPJJ (Somente Pagamento de Principal e Juros): As classificações de ativos financeiros dependem de:
• Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros;
• As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPJJ). Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Teste SPJJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPJJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamentos de principal e Juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contrapre-

Política de Equidade de Gênero

O Banco promove a equidade de gênero em alinhamento às políticas públicas de diversidade, com ações voltadas ao desenvolvimento da equipe sobre o tema e à redução de desigualdades. Ao fim de 2025, as mulheres representavam 43% do quadro de funcionários. A composição racial indicava que 89% dos empregados eram pessoas não negras e 11% eram pessoas negras, considerando mulheres e homens. As iniciativas atualmente em implementação visam consolidar um ambiente mais inclusivo, reforçando o compromisso contínuo do Banco com a diversidade.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna se reporta diretamente ao Conselho de Administração do Banco. A comunicação de resultados à alta administração é documentada em relatórios periódicos, correios eletrônicos e reuniões presenciais.

Código de Ética e Norma de Conduta

O Banco zela pelo alto padrão de conduta de seus colaboradores, com o intuito de mitigar práticas abusivas e adaptar sua conduta segundo a evolução e as exigências do setor financeiro. O Banco reconhece a importância da adoção de rigorosos princípios éticos na condução dos seus negócios, nos diversos mercados em que atua. Para tanto, divulga o Código de Ética a todos os colaboradores, para que tenham clareza na forma de proceder segundo os padrões de boa conduta da instituição.

PERSPECTIVAS

O Banco segue evoluindo seu modelo de negócios com foco em crescimento sustentável, preservando o equilíbrio entre risco e retorno e uma estrutura sólida de capital e liquidez. A recente elevação do rating para BBB+ pela Moody's reforça a efetividade dessa estratégia, evidenciando o avanço contínuo na mitigação de riscos institucionais e no fortalecimento da confiança das agências de classificação. As metas para 2026 serão alcançadas com base nos seguintes pilares estratégicos: Negócios Gerando Resultados com Qualidade, direcionando iniciativas para a criação de valor com ética e boa gestão de riscos; Eficiência é o Nome do Jogo, ampliando a produtividade e agilidade para operações rentáveis e sustentáveis; e IA & Dados Pautando as Decisões, fortalecendo o uso de dados e inteligência artificial para aumentar precisão, transparência e velocidade na tomada de decisão. A captação de recursos continuará sendo um fator importante para o desenvolvimento da atividade do Banco, mantendo-se em curso iniciativas que visam o crescimento da base, à diversificação das fontes de financiamento e consequente redução dos custos. Será mantida uma postura de capital conservadora, permanecendo pouco alavancado nas operações ativas, sem tomar posições de risco na tesouraria, focando na manutenção da liquidez e assegurando níveis de rentabilidade adequados. Nossa eficiente gestão de custos continuará sendo um pilar de crescimento do Banco. Em 2026 estamos investindo em ações e projetos voltados à otimização de processos internos e consequente redução no custo de servir, sem perder a qualidade de atendimento aos nossos clientes. Por fim, buscamos aprimorar as competências essenciais de nossos colaboradores, por meio de uma cultura organizacional pautada pela ética, transparência e respeito ao próximo, com objetivo de tornar viável nossa estratégia corporativa.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras do Banco são auditadas pela EY Auditores Independentes. A política adotada para prestação dos serviços atende aos requisitos aplicáveis de independência.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com o seu apoio e confiança, e aos nossos colaboradores que se comprometem a manter o funcionamento de nossas operações, permitindo que continuemos a obter resultados sólidos e engajamento na aplicação das orientações estratégicas ao longo de 2026.

São Paulo, 29 de janeiro de 2026.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)			
	Notas	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Ajustado		39.240	107.130
Lucro Líquido		25.019	50.031
Ajustes ao Lucro Líquido		14.221	57.099
Despesas de Depreciação e Amortização	26	1.928	3.680
Provisões para Perdas Esperadas			
Associadas ao Risco de Crédito	11.c	21.941	44.648
Provisões Passivas			
não Associadas ao Risco de Crédito	20	1.162	1.152
Resultado na Alienação de Outros Ativos	31	(5.701)	(4.784)
Provisão para Imposto de Renda			
e Contribuição Social - Corrente	21.b	(3.112)	12.317
Provisão para Imposto de Renda			
e Contribuição Social - Diferido	21.b	(832)	4.091
Variação Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa	29	(1.165)	(4.005)
Variação de Ativos e Passivos		(174.905)	44.686
(Aumento) Redução Aplicações			
Interfinanceiras de Liquidez		(3.054)	(28.037)
(Aumento) Redução Títulos e Valores Mobiliários		(22.460)	(33.260)
(Aumento) Redução Operações de Crédito		(178.633)	(126.237)
(Aumento) Redução Operações			
com Características de Concessão de Crédito		(4.352)	(4.890)
(Aumento) Redução Outros Ativos Financeiros		223.826	131.892
(Aumento) Redução			
Instrumentos Financeiros e Derivativos		5	(72)
(Aumento) Redução Provisões para Perdas			
Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(111)	22.369
(Aumento) Redução			
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(26.917)	(74.042)
(Aumento) Redução Outros Ativos		27.078	35.408
Aumento (Redução) Depósitos		(178.614)	120.912
Aumento (Redução) Outros Instrumentos de Dívida		(8.107)	17.989
Aumento (Redução) Obrigações			
por Empréstimos e Repasses		(31.570)	(27.555)
Aumento (Redução) Outros Passivos Financeiros		(8.496)	(10.103)
Aumento (Redução) Instrumentos			
Financeiros e Derivativos		9.722	(5.080)
Aumento (Redução) Provisões		(32)	(1.054)
Aumento (Redução) Obrigações			
Fiscais Correntes e Diferidas		2.664	(8.786)
Aumento (Redução) Outros Passivos		3.686	3.944
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		20.460	31.288
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades Operacionais		(135.665)	151.816
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(100)	(1.298)
Aplicação/Reversão do Intangível		117	(2.365)
Alienação de Imobilizado de Uso		4	4
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Investimentos		21	(3.659)
Atividades de Financiamentos			
Aumento de Capital	23.a	-	15.725
Pagamento do Juros sobre Capital Próprio		-	(15.483)
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos		-	242
Variação Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.165	4.005
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa		(134.479)	152.404
Início do Período		580.320	293.437
Fim do Período	4	445.841	445.841
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa		(134.479)	152.404
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
tação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado. iv) Hierarquia do Valor Justo: Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir: Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata. Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata. Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. O Banco não reclassificou seus instrumentos financeiros no período. v) Caixa de Instrumentos Financeiros: Os ativos financeiros são baixados			



Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, 525
14º andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada. **vi) Ativos Financeiros com Problemas de Recuperação de Crédito:** O ativo financeiro é caracterizado como “ativo problemático”, quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos ou se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Enquanto um ativo financeiro estiver classificado como “ativo problemático”, não são reconhecidas receitas de qualquer natureza que não tiverem sido efetivamente recebidas (*stop accrual*). Operações reestruturadas tratam-se de renegociações que impliquem a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. O Banco considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático somente em caso de haver melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas ou cumprir os critérios de cura definidos em política. Para fins de critérios de “cura”, o Banco considera as seguintes premissas: **•** Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos; **•** A contraparte realizar pagamentos consecutivos de principal e encargos por um período de 3 meses ou amortização de 30% do saldo devedor do contrato que originou a marcação de ativo problemático. Independente da periodicidade de amortização; **•** Poderá ocorrer por revisão e análise individual da área de crédito, se identificar e comprovar que não existe risco significativo de inadimplência; **•** Quando a marcação foi decorrente de medidas judiciais, poderá ocorrer se a medida for revertida em favor do Banco; **•** Para casos de falências, não há “cura”. As operações serão baixadas para prejuízo após avaliação de que o ativo não possui expectativa razoável de recuperação e, quando a perda incorrida alcançar 100%. **d) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:** O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando aplicável, para os seguintes instrumentos financeiros: **•** Aplicações Interfinanceiras de Liquidez; **•** Títulos e Valores Mobiliários; **•** Operações de Crédito; **•** Operações com Características de Concessão de Crédito; **•** Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar, e **•** Garantias Financeiras Prestadas. O Banco integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adota a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação da metodologia simplificada são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados de acordo com as respectivas garantias atreladas e os períodos de atraso das operações. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito o Banco deve segregar os ativos financeiros nas seguintes carteiras:

Carteira	Garantia
C1	Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
C2	Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818/20 do CMN.
C3	Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos nas carteiras C1 e C2.
C4	Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.
C5	Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido na carteira C4, crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos na carteira C4; e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos nas carteira C1 a C4.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito: **• Ativos Financeiros não Problemáticos:** referem-se aos ativos financeiros não caracterizados como ativo financeiro com problemas de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo II da Resolução BCB nº 352/23. **• Ativos Financeiros Problemáticos não Inadimplidos:** referem-se aos ativos financeiros caracterizados como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no item II do artigo 78º da Resolução BCB nº 352/23. **• Ativos Financeiros Inadimplidos:** referem-se aos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal ou juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinados no anexo I da Resolução BCB nº 352/23, acrescidos dos percentuais adicionais determinados no item III do artigo 78º da Resolução BCB nº 352/23. Para as aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, limites concedidos não utilizados e outros ativos financeiros sem características de concessão de crédito, o Banco utiliza metodologia interna para apurar a provisão de perdas esperadas para esses ativos. O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros: **• Probabilidade de Descumprimento – PD (Probability of Default); • Taxa de Recuperação – LGD (Loss Given Default); • Exposição em caso de Descumprimento – EAD (Exposure at Default).** **e) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compostos por: i) Operações de câmbio pronto; e ii) Operações de *swaps* de juros destinados exclusivamente ao *hedgedas* exposições de passivos. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados ao valor justo de acordo com a Resolução nº 4.966/21 do CMN e alterações posteriores. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como *hedgedas* classificados como *hedge* de valor justo e destinados a compensar a variação do valor justo de mercado do objeto de *hedge*. A sua correspondente valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. A composição dos instrumentos financeiros derivativos está divulgada na Nota 10. **f) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira:** Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **g) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda:** São representados basicamente por bens recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados por provisão para desvalorização, quando aplicável. **h) Despesas Antecipadas:** São desembolsos relativos a aplicações de recursos, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo apropriados ao resultado no período da geração dos benefícios ou prestação de serviços. **i) Demais Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo:** São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões, quando aplicável. **j) Imobilizado de Uso:** Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. **k) Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. **l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment):** A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **m) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo) e Créditos Tributários:** As provisões para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando devidas, são calculadas a partir do lucro ou prejuízo contábil, ajustados pelas adi-

ções e exclusões de caráter permanente e temporário. O IRPJ é calculado considerando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder R\$ 240 mil ao ano e a CSLL é calculada considerando a alíquota de 20%. Os ativos diferidos de IRPJ e CSLL são calculados, sobre as adições e exclusões temporárias, e sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (quando ocorrerem), considerando as alíquotas aplicáveis no momento da sua realização. Os ativos diferidos constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração. A Lei nº 14.467/22, que produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, determinou novos critérios para fins de dedutibilidade das perdas incorridas no recebimento de créditos, agora reconhecidas contabilmente de acordo com a Resolução BCB nº 352/23. Os critérios decorrentes desta norma são aplicáveis ao IRPJ e à CSLL. **n) Depósitos e Captações no Mercado Aberto:** As captações de recursos prefixadas, são demonstradas ao valor futuro, deduzidas as rendas a apropriar, que são apropriadas no decorrer dos prazos contratuais das operações. As captações pós-fixadas, são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço. **o) Obrigações por Empréstimos e Repasses:** As obrigações por empréstimos e repasses no país e no exterior são registradas pelo valor do principal acrescido dos encargos incorridos até a data do balanço. **p) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo os seguintes critérios: **•** Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos; **•** Passivos Contingentes – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos Advogados internos e externos, for considerada provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Advogados internos e externos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; **•** Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso. **q) Receitas e Despesas:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro-rata-die*”. As receitas e despesas são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior e de títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear.

	31/12/2025
Caixa	221
Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	8.461
Aplicações em Operações Compromissadas	437.159
Total	445.841

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	437.159	-	437.159
Notas do Tesouro Nacional - NTN	437.159	-	437.159

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (a)	32.082	55.692	87.774
Total	469.241	55.692	524.933
(a) Não Circulante - Vencimento em 05/07/2023.			

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Operações Compromissadas	33.923	66.812	
Depósitos Interfinanceiros	11.882	25.081	
Total	45.805	91.893	

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Livres	271	20.105	20.376
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a) (c)	271	20.105	20.376
Vinculados à Prestação de Garantias	-	19.972	19.972
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b) (c)	-	19.972	19.972
Total	271	40.077	40.348

- (a) Não Circulante - R\$ 5.426 vencimento em 01/09/2027 e R\$ 14.679 vencimento em 01/09/2028.
(b) Vencimento em 01/09/2028.
(c) Custodiados no sistema especial de liquidação e custódia (SELIC) e Mensuração - Nível 1 - Obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos.

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.463	2.975
Total	2.463	2.975

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
a) Composição	31/12/2025
	Carteira

	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Pessoa Física						
Operações Normais						
Crédito Pessoal	5.773	8	42.152	-	74	48.007
Operações Imobiliários	856	49	-	-	-	905
Operações Renegociadas						
Crédito Pessoal	-	-	2.983	-	-	2.983
Financiamentos Imobiliários	2.037	-	280	-	-	2.317
Total	8.666	57	45.415	-	74	54.212
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Pessoa Jurídica						
Operações Normais						
Adiantamentos a Depositantes	-	-	-	-	6.530	6.530
Conta Garantida	2.019	-	36.632	-	-	38.651
Capital de Giro	269.586	120.689	1.063.133	3.242	-	1.456.650
CDC	-	1.272.485	-	-	1.272.485	
Financiamentos à Exportação	-	6.996	66.236	-	-	73.232
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	-	-	2.307	-	-	2.307
Operações Renegociadas						
Capital de Giro	-	121	7.433	4.227	-	11.781
CDC	-	24.273	-	-	-	24.273
Financiamentos à Exportação	-	-	7.212	-	-	7.212
Operações Reestruturadas						
Capital de Giro	-	1.154	3.057	6.871	-	11.082
Financiamentos à Exportação	-	9.347	7.328	-	-	16.675
Total	271.605	1.435.065	1.193.338	14.340	6.530	2.920.878
TOTAL	280.271	1.435.122	1.238.753	14.340	6.604	2.975.090

b) As operações de crédito estão classificadas de acordo com as carteiras, ativos problemáticos e segregadas entre curso normal (contratos com parcelas vincendas e parcelas em atraso inferior a 90 dias) e vencidas (contratos com parcelas vencidas com atraso superior a 90 dias), conforme a seguir:

	31/12/2025		
	Saldo da Carteira	Provisão para Perdas Esperadas	
Ativos não Problemáticos	2.843.675	57.669	
C1	257.297	3.917	
C2	1.397.133	27.457	
C3	1.182.645	26.169	
C4	-	-	
C5	6.600	126	
Ativos Problemáticos não Inadimplidos	56.904	27.414	
C1	-	-	
C2	28.219	9.990	
C3	17.842	8.689	
C4	10.843	8.735	
C5	-	-	
Ativos Problemáticos Inadimplidos	74.511	49.130	
C1	22.974	7.337	
C2	9.770	6.088	
C3	38.266	33.197	
C4	3.497	2.505	
C5	4	3	
Total	2.975.090	134.213	

c) Distribuição das Parcelas por Faixa de Vencimento						
31/12/2025						
Carteira						
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Ativos não Problemáticos						
Vencidas acima de 14 dias.....	274	4.786	4.760	-	-	9.820
A vencer até 3 meses.....	28.832	129.948	216.485	-	6.547	381.812
A vencer até 12 meses.....	78.531	337.646	423.442	-	37	839.656
A vencer até 3 anos.....	120.961	683.037	419.660	-	16	1.223.674
A vencer até 5 anos.....	22.932	197.785	113.449	-	-	334.166
A vencer até 15 anos.....	6.361	45.406	6.652	-	-	58.419
A vencer acima de 15 anos.....	-	-	-	-	-	-

Ativos Problemáticos					
não Inadimplidos					
Vencidas acima de 14 dias.....	-	747	1.301	-	2.048
A vencer até 3 meses	-	1.251	2.071	85	3.407
A vencer até 12 meses	-	5.529	5.593	579	11.701
A vencer até 3 anos	-	16.197	5.854	2.375	24.426
A vencer até 5 anos	-	4.554	3.129	930	8.613
A vencer até 15 anos	-	-	-	3.647	3.647
A vencer acima de 15 anos	-	-	-	3.227	3.227

Ativos Problemáticos						
Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias.....	6.872	3.018	26.913	314	4	37.121
A vencer até 3 meses	3.032	641	3.556	115	-	7.344
A vencer até 12 meses	6.071	1.589	5.400	229	-	13.289
A vencer até 3 anos	6.997	3.480	2.342	730	-	13.549
A vencer até 5 anos	2	1.052	57	888	-	1.999
A vencer até 15 anos	-	-	-	1.221	-	1.221
A vencer acima de 15 anos ..	-	-	-	-	-	-
Total.....	280.865	1.436.666	1.240.664	14.340	6.604	2.979.139
Recetas Diferidas -						
TJED Diferenciada	(594)	(1.544)	(1.911)	-	-	(4.049)
TOTAL.....	280.271	1.435.122	1.238.753	14.340	6.604	2.975.090
D) Classificação por Setor de Atividade						

	31/12/2025					
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Receitas Diferidas - TJEO Diferenciada	(594)	(1.544)	(1.911)	-	-	(4.049)
TOTAL	280.271	1.435.122	1.238.753	14.340	6.604	2.975.090

d) Classificação por Setor de Atividade

	31/12/2025
Transporte	2.170.555
Indústria	219.333
Comércio	150.726
Pessoas Físicas	50.990
Agricultura/Pecuária	14.696
Financiamentos Imobiliários	3.222
Outros Serviços	365.568
Total	2.975.090

e) Concentração das Operações de Crédito

	31/12/2025					
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
10 Maiores Devedores	625.398					
50 Seguintes Maiores Devedores	1.105.877					
100 Seguintes Maiores Devedores	799.452					
Demais Devedores	444.363					
Total	2.975.090					

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Adiantamentos a Depositantes	89	91
Empréstimos	160.773	305.020
Financiamentos	141.489	271.943
Financiamentos à Exportação	11.420	20.587
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	174	(101)
Financiamentos Imobiliários	266	568
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	747	8.583
Descontos Concedidos em Renegociações	(12.031)	(12.152)
Total	302.927	594.549

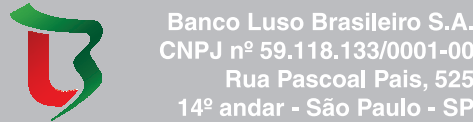
f) Rendas de Operações de Crédito

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Adiantamentos a Depositantes	89	91
Empréstimos	160.773	305.020
Financiamentos	141.489	271.943
Financiamentos à Exportação	11.420	20.587
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	174	(101)
Financiamentos Imobiliários	266	568
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	747	8.583
Descontos Concedidos em Renegociações	(12.031)	(12.152)
Total	302.927	594.549

g) Operações Ativas Vinculadas

	31/12/2025
Operações de Crédito	36

...continuação



Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, 525
14º andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Operações com Características de Concessão de Crédito e Outros Créditos

	31/12/2025			
	Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
Carteira				
C1	-	273	38	311
C1	-	-	-	-
C1	-	-	-	-
C2	-	441	44	485
C2	-	-	-	-
C2	-	-	-	-
C3	5.983	609	-	6.592
C3	-	1.483	378	1.861
C3	-	228	-	228
C4	17.911	735	-	18.646
C4	-	-	-	-
C4	-	-	-	-
C5	-	-	483	483
C5	-	-	-	-
C5	-	-	-	-
Total	230	10	-	240
	24.124	3.779	943	28.846

b) Movimentação das Provisões

	Empréstimos	Financia- mentos	Financiamentos à Exportação	Financiamentos em Moedas Estrangeiras	Financiamentos Imobiliários	Total
Saldo em 31/12/2024.....	42.579	14.648	897	129	220	58.473
Adoção Inicial - Res. 4.966/21 do CMN e Res. BCB 352/23.....	32.480	11.384	545	37	45	44.491
Constituição/(Reversão) de Provisões.....	14.341	10.039	6.911	47	(89)	31.249
Créditos Baixados como Prejuízo.....	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025.....	89.400	36.071	8.353	213	176	134.213

Operações com Características de Concessão de Crédito e Outros Créditos

	ACC	Nota Comercial	Venda a Prazo de Ativos não Financ.	TCR	Outros Créditos	Total
Saldo em 31/12/2024.....	5.944	501	47	2.941	508	9.941
Adoção Inicial - Res. 4.966/21 do CMN e Res. BCB 352/23.....	4.827	193	84	497	-	5.601
Constituição/(Reversão) de Provisões.....	(3.039)	918	1	15.449	(25)	13.304
Créditos Baixados como Prejuízo.....	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025.....	7.732	1.612	132	18.887	483	28.846

O montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa para os riscos associados à carteira considerando as respectivas garantias oferecidas.

c) Resultado com Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Operações de Crédito.....	20.583	31.249
Outras Operações Associadas ao Risco de Crédito.....	1.259	13.329
Outros Ativos Financeiros.....	(12)	(25)
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.....	111	95
Total.....	21.941	44.648

12. ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

	31/12/2025	Circu- lante	Não Cir- culante	Total
Ativos Fiscais Diferidos.....	-	67.598	67.598	-
Impostos e Contribuições a Compensar.....	20.459	218	20.677	-
Total.....	20.459	67.816	88.275	-

a) Origem e Movimentação dos Créditos Tributários

	IRPJ	Diferenças Temporárias	CSLL	Diferenças Temporárias	Total
Saldo em 31/12/2024.....	27.278	21.822	49.100	-	-
Constituição.....	21.853	17.483	39.336	-	-
Realização.....	(11.577)	(9.261)	(20.838)	-	-
Saldo em 31/12/2025.....	37.554	30.044	67.598	-	-

b) Composição do Crédito Tributário

	31/12/2025	Circu- lante	Não Cir- culante	Total
Diferenças Temporárias				
Operações de Crédito.....	-	67.598	67.598	-
Perda Incorrida - Adoção Inicial - Lei nº 14.467/22.....	-	8.316	-	-
Créditos Baixados como Prejuízo -	-	-	-	-
Indedutíveis Temporariamente.....	-	7.294	-	-
Operações com Características de Concessão de Crédito.....	-	1.908	-	-
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda.....	-	4.893	-	-
PLR/Remuneração Variável.....	-	5.044	-	-
Passivos Contingentes.....	-	549	-	-
Outras.....	-	390	-	-
Total.....	-	67.598	-	-

c) Previsão de Realização dos Créditos Tributários

	2026	2027	2028	2029	2030	2030	Total
Valor Contábil							
IRPJ.....	9.603	5.411	6.653	3.404	6.281	6.202	37.554
CSLL.....	7.682	4.329	5.323	2.723	5.025	4.962	30.044
Total.....	17.285	9.740	11.976	6.127	11.306	11.164	67.598
Valor Presente							
IRPJ.....	8.975	4.482	4.882	2.199	3.560	2.440	26.538
CSLL.....	7.180	3.586	3.906	1.759	2.848	1.952	21.231
Total.....	16.155	8.068	8.788	3.958	6.408	4.392	47.769

13. OUTROS ATIVOS

	31/12/2025	Circu- lante	Não Cir- culante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais.....	185	-	-	185
Adiantamentos para				
Pagamentos por Conta da Instituição.....	4	-	-	4
Ativos não Financeiros Mantidos				
para Venda - Recebidos.....	-	36.964	36.964	-
(-) Provisão para Desvaloriz. de Ativos não				
Financ. Mantidos para Venda - Recebidos.....	-	(10.875)	(10.875)	-
Despesas Pagas Antecipadamente.....	3.482	86	3.568	-
Total.....	3.671	26.175	29.846	-

14. IMOBILIZADO DE USO

	31/12/2025	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Contas					
Imobilizações em					
Curso - Imóveis (a).....	-	49.814	-	49.814	-
Terrenos.....	-	405	-	405	-
Edificações.....	4%	15.946	(4.892)	11.054	-
Instalações.....	10%	3.887	(2.911)	976	-
Mobiliário/Outros Equipamentos	10%	1.920	(1.357)	563	-
Equipamentos de					
Processamento de Dados.....	20%	1.511	(961)	550	-
Veículos.....	20%	1.492	(456)	1.036	-
Total.....	74.975	(10.577)	64.398	-	-

(a) Aquisição de 04 lajes corporativas localizadas nos pavimentos 7º, 8º, 9º e 10º da Torre 5 - Berrini New One com aproximadamente 510 m² por unidade, previsão de entrega até 31/03/2026.

15. INTANGÍVEL

	31/12/2025	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Contas					
Sistemas de Proce- samento de Dados.....	20%	11.439	(4.327)	7.112	-
Total.....	11.439	(4.327)	7.112	-	-

16. DEPÓSITOS

	31/12/2025	Circu- lante	Não Cir- culante	Total
Depósitos à Vista.....	105.769	-	-	105.769
Pessoas Naturais.....	34.289	-	-	34.289
Pessoas Jurídicas.....	38.872	-	-	38.872
Domiciliados no Exterior.....	230	-	-	230
Vinculados.....	31.283	-	-	31.283
Contas Encerradas.....	1.095	-	-	1.095
Depósitos a Prazo.....	816.739	2.128.615	2.945.354	-
Depósitos a Prazo - com				
Garantia Especial do FGC -	806.193	2.128.615	2.934.808	-
com Alienação de Recebíveis.....	10.546	-	10.546	-
Total.....	922.508	2.128.615	3.051.123	-

a) Segregação por Prazo

	31/12/2025	01 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 730 dias	Acima de 730 dias	Total
Depósitos a Prazo.....	86.548	207.546	512.099	694.862	1.433.753	2.934.808	-
Depósitos a Prazo - com							
Garantia Especial do	-	-	-	-	-	-	-
FGC - Com Alienação	-	-	-	-	-	-	-
de Recebíveis.....	10.546	-	-	-	-	10.546	-
Total.....	97.094	207.546	512.099	694.862	1.433.753	2.945.354	-

b) Concentração dos Depósitos a Prazo

	31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Total de Depositantes - Quantidade.....	178	-	-
Maior Depositante (a).....	742.975	-	-
10 Seguintes Maiores Depositantes.....	1.944.615	-	-
20 Seguintes Maiores Depositantes.....	168.048	-	-
Demais Depositantes.....	103.216	-	-
Total.....	2.958.854	-	-

(a) O maior depositante corresponde a uma Corretora, que distribui os CDBs do Banco para clientes Pessoas Físicas, com aplicações individuais de montante inferior a R\$ 250.

c) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Depósitos a Prazo.....	232.122	449.711
Operações Compromissadas.....	204	229
Letras de Crédito Imobiliário.....	79	186
Letras Financeiras.....	647	18.170
Letras Financeiras Subordinadas.....	14.548	32.447
Contribuição ao FGC.....	1.889	3.855
Total.....	249.489	504.598

17. OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

	31/12/2025	Circu- lante	Não Cir- culante	Total
Recursos por Emissões de Letras.....	144	-	-	144
Obrigações por Emissão de LCI.....	144	-	-	144
Instrumentos de Dívida				
com Cláusulas de Subordinação (a).....	-	182.864	182.864	-
Títulos de Dívida Elegíveis a Capital - Nível II.....	-	221.709	221.709	-
Ajuste de Hedge Valor Justo - Nível II (Nota 10 b).....	-	(38.845)	(38.845)	-
Total.....	144	182.864	183.008	-

a) Segregação por Prazo

	31/12/2025	01 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 730 dias	Acima de 730 dias	Total
Obrigações							
pela Emissão de LCI.....	144	-	-	-	-	144	-
Total.....	144	-	-	-	-	144	-

b) Títulos de Dívida Elegíveis a Capital - Nível II: Captação em 15/09/2022 com vencimento para 15/09/2028, taxa de 16,00% a.a. no valor total de R\$ 18.360, valor de curva em 31/12/2025 de R\$ 19.172; Captação em 24/05/2022 com vencimento para 24/05/2027, taxa de 16,00% a.a. no valor total de R\$ 20.000, valor de curva em 31/12/2025 de R\$ 20.301; Captação em 01/06/2023 com vencimento para 30/06/2033, taxa de 17,99% a.a. no valor total de R\$ 100.000, valor de curva em 31/12/2025 de R\$ 153.007 e valor de mercado em 31/12/2025 de R\$ 38.730; Captação em 05/06/2023 com vencimento para 30/06/2033, taxa de 17,99% a.a. no valor total de R\$ 300, valor de curva em 31/12/2025 de R\$ 458 e valor de mercado em 31/12/2025 de R\$ 115; e Captação entre 13/10/2023 e 27/12/2023 com vencimento entre 13/10/2033 e 27/12/2033, no valor total de R\$ 30.000, valor de curva em 31/12/2025 de R\$ 30.618.

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/12/2025	Circu- lante	Não Cir- culante	Total
Empréstimos no Exterior.....	49.858	-	-	49.858
Exportação até 360 dias.....	49.858	-	-	49.858
Repasses do País -				
Instituições Oficiais.....	12.378	17.490	29.868	-
Obrigações por Repasses - Tesouro Nacional.....	2.640	-	2.640	-
Obrigações por Repasses - CEF.....	9.099	17.490	26.589	-
Obrigações por Repasses - Outras Instituições.....	639	-	639	-
Total.....	62.236	17.490	79.726	-

a) Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Repasse CEF.....	1.215	1.559
Obrigações com Banqueiros no Exterior.....	2.164	(5.157)
Total.....	3.379	(3.598)

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2025	Circu- lante	Não Cir- culante	Total
Sociais e Estatutárias.....	22.840	-	-	22.840
Obrigações Diversas.....	148	-	-	148
Valores a Devolver a Clientes.....	34	-	-	34
Valores a Pagar em Moeda Estrangeira.....	6.123	438	6.561	-
Credores Diversos - País.....	5.902	-	-	5.902
Total.....	35.047	438	35.485	-

20. PROVISÕES

	31/12/2025	Circu- lante	Não Cir- culante	Total
Provisão para Perdas Esperadas				
com Compromisso de Crédito.....	233	-	-	233
Provisão para Perdas Esperadas				
com Garantias Prestadas.....	1	-	-	1
Provisões para Contingências.....	1.219	-	-	1.219
Fiscais.....	959	-	-	959
Cíveis.....	242	-	-	242
Trabalhistas.....	18	-	-	18
Total.....	1.453	-	-	1.453

Movimentação das Provisões para Contingências

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2024.....	-	1.355	-	1.355
Constituições.....	959	393	18	1.370
Reversões.....	-	(218)	-	(218)
Pagamentos.....	-	(1.288)	-	(1.288)
Saldo em 31/12/2025.....	959	242	18	1.219

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos Advogados internos e externos, a natureza das ações, similaridade com outros processos, complexidade da causa e o posicionamento jurisprudencial, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. Os processos classificados como risco possível apresentavam os seguintes montantes:

	31/12/2025	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Fiscais.....	55.777	-	-	-	55.777
Cíveis.....	11.686	-	-	-	11.686
Trabalhistas.....	-	-	-	-	-
Total.....	67.463	-	-	-	67.463

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos Advogados externos e internos, em relação aos processos judiciais e administrativos. Desta forma, segundo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis, no montante de R\$ 67.463, sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões: a) Fiscais - Refere-se a glosa de despesas consideradas como não necessárias pela autoridade fiscal e os efeitos decorrentes nos anos seguintes, no valor de R\$ 55.777 ainda na esfera administrativa, pendente de julgamento. b) Cíveis - Ações em que o Banco figure como parte requerida nas ações revisionais, de repetição do indébito por cobrança indevida, cautelares, indenizatórias, etc., no valor de R\$ 11.686.

21. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

a) Composição	31/12/2025		
	Circu- lante	Não Cir- culante	Total
IRPJ - Corrente.....	6.568	-	6.568
CSLL - Corrente.....	5.749	-	5.749
Impostos e Contribuições a Recolher	11.741	-	11.741
Total	24.058	-	24.058

...continuação



Banco Luso Brasileiro S.A.
CNPJ nº 59.118.133/0001-00
Rua Pascoal Pais, 525
14º andar - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

35. CAPITAL ALOCADO E BASILEIA

Conforme estabelecido pela Resolução nº 4.958/21 do CMN e alterações posteriores, o Índice de Capital Próprio (ICP) e o Índice de Basileia (IB) atingiram respectivamente 10,57% e 16,75%. O quadro abaixo demonstra a composição do Patrimônio de Referência (PR) e dos Ativos Ponderados pelo Risco (RwA):

	31/12/2025
Risco de Crédito (RwA Cpad).....	2.943.771
Risco de Mercado - Juros (RwA Pjur).....	764
Risco de Mercado - Câmbio (RwA Pcam).....	56.880
Risco Derivativos - Câmbio (RwA CVA).....	20
Risco Operacional (RwA Opad).....	167.369
RwA.....	3.168.804
Patrimônio de Referência Exigido (PRE).....	254.117
Adicional de Capital Principal (ACP).....	79.411
Adicional de Mercado (IRRB).....	8.618
Patrimônio de Referência Exigido (PRE).....	342.146
Capital Principal.....	335.089
Patrimônio de Referência Nivel I.....	335.089
Patrimônio de Referência Nivel II.....	195.811
Patrimônio de Referência (PR).....	530.900
Margem de Capital.....	188.754
Índice de Capital Principal (ICP).....	10,57%

...continuação

	31/12/2025
Índice de Basileia (IB).....	16,75%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo).....	16,39%
O Índice de Imobilizações atingiu 12,13%, dentro do limite fixado pelo BACEN de 50% do Patrimônio de Referência. A margem de imobilização é de R\$ 201.053.	

36. RECONCILIAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS ATÉ 31/12/2024 E AS NOVAS NORMAS DETERMINADAS NA RESOLUÇÃO Nº 4.966/21 DO CMN E NA RESOLUÇÃO BCB Nº 352/23

A Resolução nº 4.966/21 do CMN e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo da referida norma é reduzir as assimetrias entre as normas contábeis do COSIF e os padrões contábeis internacionais. Adicional a Resolução nº 4.966/21 do CMN e alterações posteriores, o BACEN emitiu normas complementares ao tema. A Resolução BCB nº 352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de SPPJ), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e, evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas. Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções

supracitadas, também ocorreu a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O BACEN reestruturou o elenco de contas do COSIF com vigência a partir de 01/01/2025 (Instruções Normativas BCB nº 426/23 a 433/23 e alterações posteriores). O Banco elaborou um plano de implementação, aprovado pela Administração, contendo mapeamento dos impactos, implementação das mudanças com as adequações nos processos e sistemas e a revisão dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. A frente de trabalho do projeto foi estruturada sobre as principais temáticas trazidas pelas normas: (i) Classificação e Reconhecimento; (ii) Taxa Efetiva de Juros; (iii) Renegociação e Reestruturação de Dívidas; (iv) Mensuração da Perda Esperada; e (v) Evidenciação. Os resultados da aplicação das normas acima referidas estão apresentadas no quadro abaixo:

Patrimônio Líquido em 31/12/2024.....	310.222
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (a).....	(50.230)
<i>Stop Accrual</i> (b).....	-
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros (c).....	-
Efeitos tributários.....	22.603
Patrimônio Líquido em 01/01/2025.....	282.595
(a) Na adoção da Resolução nº 4.966/21 do CMN e alterações posteriores e da Resolução BCB nº 352/23 houve alteração na apuração das perdas incorridas, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 01/01/2025. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de perdas esperadas de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.	
(b) Até 31/12/2024 o reconhecimento, de apropriação da receita de juros relacionada a operações de crédito, deve cessar quando ocorrer atraso igual ou superior a 60 dias e, a partir de 01/01/2025 esse reconhecimento deve cessar quando ocorrer atraso igual ou superior a 90 dias (aplicado apenas para as operações não marcadas como ativo problemático). O Banco optou por marcar as operações com atrasos entre 60 e 90 dias como ativo problemático, sendo assim, não houve impactos de transição devido ao não reconhecimento das rendas advindas destes contratos.	
(c) Nas classificações dos instrumentos financeiros para as novas categorias introduzidas pela Resolução nº 4.966/21 do CMN e alterações posteriores (custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR)) o Banco não teve alteração no critério de mensuração desses ativos financeiros (curva x mercado), sendo assim não houve impacto sobre a posição patrimonial do Banco.	

Os ajustes identificados decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis foram registrados em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários sensibilizando o Patrimônio Líquido do Banco.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

ANTONIO CARLOS PAULOS FONSECA - CONTADOR - CRC 1SP 178627/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do **Banco Luso Brasileiro S.A.** - São Paulo
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Luso Brasileiro S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Luso Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase - Ausência de saldos comparativos: Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demons-

trações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria preten-

da liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2026.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC-SP034519/O

Bruno Araujo Santos
Contador
CRC - 1SP291893/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>